

revista da **Abrame**

O Espiritismo Iluminando o Direito e a Justiça



Número 5 • 2005

III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas

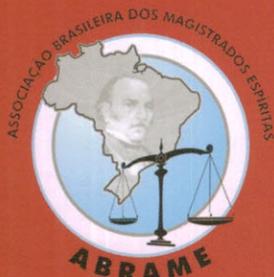
“Espiritismo e Direito no Século XXI”



INSTALADA A FRENTE MISTA PARLAMENTAR
EM DEFESA DA VIDA



ABRAME, AME E FEB
UNIDAS EM DEFESA DA VIDA



Presidente

Zalmino Zimmermann

Vice-Presidentes

Paulo Roberto S. da Costa Leite
Milton de Moura França
Carmelita I. A. do Brasil Dias
Weimar Muniz de Oliveira

Primeira Secretária

Maria Isabel da Silva

Segundo Secretário

Aureliano Albuquerque Amorim

Primeiro Tesoureiro

Alexandre de Azevedo Silva

Segundo Tesoureiro

João da Matta e Silva

Diretor de Comunicação

Antonio Fernandes da Luz

Conselho Consultivo

Francisco César Asfor Rocha
Matias W. de Oliveira Negry
Bady Raimundo Cury
Benito Alcântara de Figueiredo
Iris Helena Medeiros Nogueira
Jirair Aram Meguerian
Mônica Autran Machado Nobre
Eduardo Guilliod Maranhão
Solange Salgado S. R. de Vasconcelos

Conselho Fiscal

Mário Motoyama
Renato Rodovalho Scussel
Silvanio Barbosa dos Santos

Suplentes

Luciano Moreira Vasconcellos
Juarez Siqueira
Ovídio Inácio Ferreira

DELEGADOS DA ABRAME

Acre

Maria Cesarinete S. A. Angelim
Elcio Sabo Mendes Júnior

Alagoas

Hamilton Carneiro
Iva Bernadete F. Nunes

Amapá

Honildo A. de Mello Castro
Rommel Araújo de Oliveira

Amazonas

Eulaide Maria Vilela Lins
Lia Maria Guedes de Freitas

Bahia

Rosemeire Lopes Fernandes
Manuela Hermes de Lima

Ceará

Rossana Raia dos Santos
Agapito Machado

Espírito Santo

Rozenéa Martins de Oliveira
Inês Vello Corrêa

Goiás

Luiz Eduardo de Souza
Stenka Isaac Neto

Maranhão

Mário Lima Reis
José Edilson Caridade Ribeiro

Mato Grosso

Jorge Luiz Tadeu Rodrigues
Clarice Claudino da Silva

Mato Grosso do Sul

Hildebrando Coelho Neto
Ruy Celso Barbosa Florence

Minas Gerais

Roberto de Freitas Messano
Braz Moreira Henriques

Pará

Marta Inês Antunes Jidão
José Torquato A. de Alencar

Paraíba

Agamenilde Dias A. V. Dantas
Kéops de Vasconcelos V. Pires

Paraná

Clayton Reis
Noeval de Quadros

Pernambuco

Luiz Carlos Freitas Medeiros
Orleide Rosélia N. Silva

Piauí

Luiz G. Brandão de Carvalho
José Olindo Gil Barbosa

Rio de Janeiro

Ely Barbosa
Carlos José Martins Gomes

Rio Grande do Norte

Múcio Nobre
Lena Rocha

Rio Grande do Sul

Vilson Darós
Iris Helena Medeiros Nogueira

Rondônia

Zelite Andrade Carneiro
Alexandre Miguel

Roraima

Rodrigo Cardoso Furlan
Euclides Calil Filho

Santa Catarina

Emery Oscar Valentim
Norberto Ungaretti

São Paulo

Durval A. Rezende Filho
Ademir Modesto de Souza

Sergipe

Rita de Cássia P. O. Lima
Jorge Antonio A. Cardoso

Tocantins

Gilson Coelho Valadares
Rosa Maria Rodrigues Gazire

Revista da Abrame

Capa

Josué Luiz C. Lira

Fotos

Cristina Gallo

Carlos Humberto Lins

Editoração e Revisão

Ary Dourado

Impressão

City Gráfica

Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas

SRTVN – Quadra 701, Conj. C, Bl. B, Sl. 807

Centro Empresarial Norte - Brasília/DF - 70.710-220

Fones: (61) 3329-5846 e 3328-0956 - Fax: (61) 3326-8986

abrame@abrame.org.br www.abrame.org.br

SUMÁRIO

III ENCONTRO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESPÍRITAS

5 O III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas

6 Solenidade Inaugural

14 Primeiro Painel

20 Segundo Painel

26 Terceiro Painel

30 Conferências

40 Homenagem

41 Sessão Livre

42 Comunicações

43 Assembléia Geral

44 Imagens

46 Comissão Executiva

4 EDITORIAL

Presença da ABRAME

47 NOTÍCIA

Celso Limongi e Benito de Figueiredo nas Presidências dos Tribunais de São Paulo e da Bahia

48 ABRAME, AME E FEB EM AÇÃO

Em Defesa da Vida

52 FRENTE MISTA PARLAMENTAR EM DEFESA DA VIDA

Primeiro Seminário Nacional em Defesa da Vida

54 DURVAL REZENDE

Sentir

Fachada do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



PRESENÇA DA ABRAME

O ano de 2005 marcou, significativamente, a presença da ABRAME no cenário nacional.

No primeiro semestre, com a Associação Médico-Espírita do Brasil – AME e a Federação Espírita Brasileira – FEB, a ABRAME empenhou-se vigorosamente em campanha contra o aborto, numa extraordinária cruzada nacional em defesa da vida.

Manifestos foram publicados e enviados a todos os membros do Congresso Nacional, dos Tribunais Superiores, Procuradores da República e a todos os magistrados brasileiros.

Em visita ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Eg. Tribunal Superior de Justiça, ao Procurador-Geral da República, aos senadores e deputados, promissores resultados foram recolhidos, inclusive com a criação da Frente Mista Parlamentar em Defesa da Vida, reunindo, desde logo, cinquenta e sete deputados e senadores.

Em setembro, realizou-se, em Goiânia, o III Encontro Nacional

dos Magistrados Espíritas, sob os auspícios da ABRAME, com a participação de centenas de magistrados de todo o País. Evento memorável, marcará época, sem dúvida, na história da magistratura.

são reservada à ABRAME e de nossa responsabilidade em relação às ações futuras, a demandarem, sobretudo, união e entendimento fraterno.

A Espiritualidade Superior outorgou-nos a tarefa pioneira de construir caminhos para a espiritualização do Direito e a humanização da Justiça, amparando-nos e estimulando-nos na construção de um mundo melhor. Congratulamo-nos, pois, com a oportunidade que nos é dada e prossigamos firmes e solidários no cumprimento de nosso dever.

A ABRAME AFIRMA-SE COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL, A SERVIÇO DOS MAGISTRADOS E DA SOCIEDADE

A ESPIRITUALIDADE SUPERIOR OUTORGOU-NOS A TAREFA PIONEIRA DE CONSTRUIR CAMINHOS PARA A ESPIRITUALIZAÇÃO DO DIREITO E A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Finalmente, em dezembro, a ABRAME contribuiu ativamente para a realização do Primeiro Seminário Nacional em Defesa da Vida, na Câmara dos Deputados, sob os auspícios da Frente Parlamentar em Defesa da Vida.

Afirma-se, assim, nossa Associação como instituição nacional, a serviço dos magistrados e da sociedade.

A importância e a repercussão do construído nesses poucos anos de sua existência já dizem da mis-



O III ENCONTRO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESPÍRITAS

Sob os auspícios da Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas – ABRAME, reuniram-se em Goiânia, no período de 7 a 10 de setembro de 2005, magistrados de todo o Brasil, para o III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas.

O memorável evento, que teve como tema central “Espiritismo e Direito no Século XXI”, marcou, sem dúvida, um dos momentos mais importantes não só do Movimento Espírita como da magistratura brasileira. De fato, os temas desenvolvidos nos diversos Painéis e Conferências, dirigidos à atividade profissional do juiz, à

sua situação pessoal, familiar, social, e os demais, apontando para uma postura mais humanista do julgador e para um padrão de Justiça que mais se harmonize com a natureza espiritual do ser humano, dizem bem do significado de mais esse Encontro da ABRAME, na sementeira de dias mais riosos para a sociedade brasileira.

Ministros dos Tribunais Superiores, Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes Federais, Juízes do Trabalho e outros operadores do Direito, unidos num mesmo ideal, dedicaram-se durante três dias ao estudo e discussão de questões as mais relevantes, do ponto de vista

espírita, para os que têm a responsabilidade de julgar.

A instalação do III Encontro ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e as plenárias aconteceram na sede da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO. Ao final, jantar de confraternização, pontuado pela alegria e pela espontaneidade que só a fraternidade ensaja, emoldurado por delicadas apresentações artísticas, assinalou o término de mais uma jornada jurídico-espírita, promovida pela ABRAME.

Fachada da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás



SOLENIDADE INAUGURAL

A sessão de instalação do III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas, realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, contou com a presença de centenas de magistrados de todo o País.

Iniciados os trabalhos com o Hino Nacional, cantado por todos os presentes, após magnífica apresentação do Coral Vocalis, do Grupo Espírita Nazareno, sob a direção do maestro Sérgio de Paiva, o Presidente da ABRAME, Zalmino Zimmermann, proferiu a prece inaugural. A seguir, dando as boas-vindas aos participantes, destacou a importância do trabalho da ABRAME, assinalando que é chegado o momento de se pensar com mais seriedade na natureza espiritual do ser humano e buscar um padrão de justiça que, efetivamente, com ela se harmonize.

Ressaltou o Presidente que o momento é de clara transição; que não obstante terem a Ciência e a Tecnologia ampliado assombrosamente as fronteiras do Conhecimento, nunca, proporcionalmente, se detectou tanta dor, tanta angústia, tanta violência e crueldade, tanto desprezo pela dignidade humana do próximo, como hoje, “quando se utiliza o conhecimento científico para a organização das mais sofisticadas máquinas de guerra, implantando o sofrimento no coração da Humanidade”.

Observou o magistrado que

atravessamos um grave momento de crise. “Crise moral, sobretudo, derivada do autodesconhecimento. O homem conhece o mundo e não se conhece a si mesmo, a sua realidade espiritual e a sua natureza interexistencial e multiexistencial”.

Reconhecendo a importância do Espiritismo, nesses tempos em

que se faz cada vez mais presente o clamor pela renovação dos valores éticos, acentuou que a ABRAME, inspirada no Conhecimento Espírita, faz parte de um projeto espiritual visando a beneficiar toda a sociedade brasileira, destinatária da atividade jurisdicional.

A ABRAME, disse o Presidente, “propugnando por uma espiri-



Solenidade de instalação do III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. A partir da esquerda, Dr. Norberto Pascua, representante do Presidente da Federação Espírita Brasileira, Dr. Nestor João Masotti, Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO, Dr. Laurival de Castro Santomé, representando o Sr. Governador do Estado, Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, Vice-Presidente da ABRAME, o Presidente do Eg. Superior Tribunal de Justi-

tualização do Direito e pela humanização da Justiça, faz-se cada vez mais presente no cenário jurídico e político nacional com sua mensagem renovadora, que, afinal, diz com o bem-estar e o futuro da Nação”.

Referindo-se aos resultados já alcançados nesses poucos anos de existência da ABRAME, agradeceu à Espiritualidade Superior pela oportunidade que têm os magistrados espíritas de trabalhar por um mundo melhor. “Trabalhe- mos, pois, unidos, como fraternos

companheiros, com os olhos pos- tos na família humana e, especial- mente, no futuro de nossa Pátria, cuja missão espiritual no Mundo já vem sendo anunciada”, conclamou o Presidente da ABRAME.

Ao finalizar, saudou, em nome da Diretoria, os participantes do III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas, desejando-lhes “uma feliz jornada, sob as bênçãos de Deus”.



Usando da palavra, a seguir, em nome dos fundadores da ABRAME, o

Ministro Paulo da Costa Leite, lembrando os seus nomes, contou um pouco de sua história, discorrendo sobre o papel da ABRAME que, sem querer fazer proselitismo, atitude que “vai contra os princípios do Espiritismo”, busca o aperfeiçoamento da Justiça. “A ABRAME”, disse o Ministro, “nasceu da conjugação da fé e do ideal. A fé fundada na Justiça Divina e o ideal de uma Justiça humana mais avançada, condizente com a lei do progresso”.

Ao final, ressaltou o magistrado a importância do III Encontro: “Vivemos hoje um momento de culminância, não só para a vida associativa dos magistrados espíritas brasileiros, mas também para o próprio Movimento Espírita. Prossigamos iluminados por nosso ideal e sejamos felizes sob as bênçãos de Jesus”.



Especialmente convidado para pronunciar a conferência de abertura do III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas, o orador Divaldo Pereira Franco iniciou sua exposição, citando a avaliação de Rudolf Von Hering, que “o Direito não é possuidor da verdade absoluta”, discorrendo então sobre a evolução do Direito, desde os seus primórdios, há três mil anos, antes de Cristo, aproximadamente. Menciona a lei de talião, o “Código de Hamurabi”, e os Dez Mandamentos, impondo normas de conduta à criatura humana.

Ressalta a influência romana, a partir da “lei das doze tábuas”, o papel do Cristianismo, principalmente depois de Constantino, que



ça – STJ, Ministro Edson Vidigal, Juiz Zalmir Zimmermann, Presidente da ABRAME, Desembargador Jamil Pereira de Macedo, Presidente do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Ministro Francisco César Asfor Rocha, representando o Eg. Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Dr. Ivan Assis, representando o Senhor Prefeito Municipal de Goiânia, Juiz Weimar Muniz de Oliveira, Presidente da Federação Espírita de Goiás, Desembargador Luiz Eduardo de Souza, Coordenador da Comissão Executiva do III Encontro, e Conferencista Divaldo Pereira Franco.

o associou ao Estado, lembrando, a seguir, o caos medieval que se instalou mais tarde, em que a arbitrariedade imperou soberana, com leis que feriam frontalmente a dignidade humana.

Refere-se, então, à Carta Magna, editada por João Sem-Terra, na Inglaterra, em 1215, versando sobre os direitos humanos, com repercussão, depois, na América do Norte, quando em 5 de janeiro de 1767 incorporaram-se à Declaração de Virgí-

nia, graças à visão de Jefferson, Franklin e Adams, inspirados em Locke, Montesquieu e Rosseau, cristalizando-se constitucional-

Depois de se referir a outros eventos que contribuíram para o desenvolvimento da consciência jurídica, fixa-se Divaldo na figura de Allan Kardec, comentando o papel do Espiritismo na construção de uma nova visão do ser humano, que propicia ao juiz consciente um entendimento superior em relação à sua responsabilidade no julgar.

“A consciência do juiz, iluminada pela certeza da anterioridade da alma, sua sobrevivência ao

~~~~~

A ABRAME, INSPIRADA NO CONHECIMENTO ESPÍRITA, FAZ PARTE DE UM PROJETO ESPIRITUAL VISANDO A BENEFICIAR TODA A SOCIEDADE BRASILEIRA

~~~~~

mente por ocasião da independência, em 4 de julho do mesmo ano.



Flagrante do auditório no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

túmulo, e seu retorno para o seio terrestre através da reencarnação”, diz o orador, “dá-lhe parâmetros quase infinitos para julgar, para orientar, acima de tudo, com a autoridade que a lei lhe oferece, contribuindo em favor da criatura humana que foi surpreendida pelo delito, talvez por fatores psicopatológicos, por fatores psicossociais, pelas lamentáveis injustiças sócio-econômicas e pela indife-

rença da sociedade para com os miseráveis”. Salienta, então, Divaldo, a importância da compaixão na aplicação da pena, valoriz-

linquente “pague à sociedade o delito que cometeu, através da sua própria dignificação”.

Em continuação, tecendo comentários sobre os direitos naturais, frisa que “o Espiritismo, com seu potencial dinâmico, vai contribuir decisivamente para a aplicação da Justiça por intermédio do Direito profundamente espiritualizado”.

Assinala que o Espiritismo e o Direito avançam na direção do sé-

~~~~~

**A ABRAME NASCEU DA CONJUGAÇÃO
DA FÉ E DO IDEAL. A FÉ FUNDADA NA
JUSTIÇA DIVINA E O IDEAL DE UMA
JUSTIÇA HUMANA MAIS AVANÇADA,
CONDIZENTE COM A LEI DO PROGRESSO.**

~~~~~

zando os institutos penais dirigidos a reeducação, para que o de-



Foto: Aparecido Belvedere

Ministro Francisco César Asfor Rocha, Juiz Zalmino Zimmermann (SP),
Desembargador Antônio Maria Lopes (SP) e Ministro Paulo Roberto da Costa Leite

culo XXI com perspectivas fascinantes, fundindo os propósitos de proporcionar equilíbrio, harmonia e justiça à sociedade, “para que todos nos movimentemos respeitando-nos mutuamente e encontrando a felicidade”.

Mostra a especial importância do papel do Espiritismo, a partir deste século, “quando uma entidade como a ABRAME levanta-se para convocar os magistrados do País, é profético a bem da Terra”.

Destaca, em prosseguimento, a presença do Espiritismo nas decisões que se multiplicam no País, com base em provas mediúnicas, a partir da memorável sentença pronunciada pelo magistrado

Orimar Bastos, em 1976, em Goiânia, absolvendo o réu José Divino, fundamentado em uma sua posterior comunicação, através de Francisco Cândido Xavier, explicando o que realmente acontecera – um mero acidente –, ino-

projetos que hoje tramitam não se transformem em estatuto legal.

Ao concluir, Divaldo Pereira Franco conclamou os juízes a dar mais de si, em sua tarefa judicante: “Vós outros, meritíssimos magistrados, podereis fazer muito

mais do que está no texto da lei. Podeis aplicá-la com um toque de amor, com misericórdia, compaixão, que vai além do simples conhecimento, e expressa a sabedoria, que só é possível quando amparada pelo

amor. Congratulamo-nos com o Terceiro Congresso dos Magistrados Espíritas, vendo um porvir rico de bênçãos, em que o céu se confraternizará com a terra e, como escreveu Allan Kardec, em

~~~~~

**O ESPIRITISMO, COM SEU POTENCIAL
DINÂMICO, VAI CONTRIBUIR
DECISIVAMENTE PARA A APLICAÇÃO DA
JUSTIÇA POR INTERMÉDIO DO DIREITO
PROFUNDAMENTE ESPIRITUALIZADO**

~~~~~

centando, assim, o denunciante.

Salienta, então, o orador, os malefícios espirituais advindos da pena de morte, da eutanásia e do aborto, ressaltando o trabalho da ABRAME no sentido de que os



Coral Vocalis, do Grupo Espírita Nazareno, dirigido pelo maestro Sérgio de Paiva

O Evangelho segundo o Espiritismo, as estrelas cairão sobre a Terra, que são as entidades venerandas a iluminarem o mundo e nós mesmos”.



Ao encerrar a solenidade de instalação do III Encontro, o Presidente Zalmino Zimmermann agradeceu a presença do Presidente do Egrégio Tribunal Superior de Justiça, Ministro Edson Vidigal, do Ministro Francisco César Asfor Rocha, representando o Tribunal Superior Eleitoral, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Jamil Pereira de Macedo, do Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, Desembargador Kisleu Dias Maciel, das demais autoridades convidadas, do orador da noite, Divaldo Pereira Franco, “que a todos encantou com a sua brilhante exposição”, dos magistrados participantes do Encontro e demais presentes.

Finalmente, após homenagear a memória do grande colaborador da ABRAME, Desembargador José Guido de Andrade, falecido em Belo Horizonte, convidou os presentes para as sessões plenárias que se realizariam na sede da Associação dos Magistrados, ASMEGO, concitando-os a prosseguir com denodo em sua tarefa missionária. “Hoje não é mais preciso ir à crucificação”, terminou o Presidente. “Hoje é preciso ânimo, responsabilidade, vontade de afirmação e trabalho. O nosso futuro, nas próximas reencarnações, certamente dependerá do que hoje fizermos, na construção de uma sociedade mais justa e solidária”.



Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite

Compuseram a Mesa, o Doutor Zalmino Zimmermann, Presidente da ABRAME, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ministro Edson Vidigal, o Ministro Francisco César Asfor Rocha, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o Desembargador Jamil Pereira de Macedo, Presi-

dente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Ministro Paulo da Costa Leite, Vice-Presidente da ABRAME, o Doutor Lourival de Castro Santomé, representando o Governador do Estado de Goiás, Marcone Pirilo, o Doutor Ivan Assis, representando o Prefeito de Goiânia, Rezende



Conferencista Divaldo Pereira Franco



Ministros Costa Leite e Edson Vidigal, Presidente do STJ

Machado, o Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO, Desembargador Kisleu Dias Maciel, o Desembargador Luiz Eduardo de Souza, Coordenador da Comissão Executiva do III Encontro, o Doutor Norberto Pasqua, representando o Presidente da Federação Espírita Brasileira, Doutor Nestor João Masotti, o Juiz Weimar Muniz de Oliveira, Presidente da Federação Espírita de Goiás, e o orador oficial, Divaldo Pereira Franco.

Registrada, também, a presença dos ex-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador João Canudo Machado, atual Diretor da Escola de Magistratura de Goiás, Desembargador Messias de Souza Costa e Desembargador Homero Sabino de Freitas; do Juiz José Ricardo Machado, Diretor do Fôro de Goiânia; da Presidente da Federação Espírita de Mato Grosso do Sul, Maria Túlia Bertoni; do Presidente da Associação Médico-Espírita de Goiás, Doutor Jorge Cecílio; do ex-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Bady Raimundo Cury; do Presidente da Academia Espírita de Letras, Doutor Emídio Brasileiro; do Coronel Edson Costa, Chefe do Estado-Maior.



O Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, e o conferencista Divaldo Pereira Franco



Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, Juiz Zalmino Zimmermann, Presidente da ABRAME, e Desembargador Jamil Pereira de Macedo, Presidente do TJGO



Juizes Braz Moreira Henriques (MG), Mauro Soares de Freitas (MG), Zalmino Zimmermann (SP), Desembargador Antônio de Oliveira (MG) e Juiz Roberto Messano (MG)



PRIMEIRO PAINEL

O JUIZ ESPÍRITA NA JURISDIÇÃO CRIMINAL, NA VARA DE FAMÍLIA E NA VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Sob a coordenação do Ministro Francisco César Asfor Rocha, o Primeiro Painel do III Encontro contou com a participação dos magistrados Durval Augusto Rezende Filho (SP), Roberto de Freitas Mes-

sano (MG), Luiz Eduardo de Souza (GO), Jorge Luiz Tadeu Rodrigues (MT), Rozenéa Martins de Oliveira (ES), Clarice Claudino da Silva (MT) e Benito Alcântara de Figueiredo (BA).

Instalando o Painel, o Ministro

Francisco César Asfor Rocha destacou a importância dos temas a serem examinados, convidando o magistrado Durval Augusto Rezende Filho, para fazer a introdução.

Iniciando sua exposição, o magistrado disse que as três áreas de



Auditório da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO

atuação do juiz, a serem examinadas nesse Painel, Vara Criminal, Vara de Família e Vara de Infância e Juventude, “exigem muito cuidado da parte do magistrado”. “A meu ver, estas modalidades de jurisdição são muito delicadas, talvez as mais sensíveis para a magistratura, dentre outras razões porque produzem efeitos imediatos, dolorosos, traumáticos e que podem trazer ao próprio magistrado conseqüências extremamente sérias, por força da lei de causa e efeito, e da lei de ação e reação”, afirmou o Juiz.

“Para judicar em alguma dessas três modalidades, o juiz espírita deve se sentir vocacionado ou ao menos disposto ao devotamento e à abnegação. Precisa ter sensibilidade para compreender que os problemas atuais das partes são fruto de várias causas, muitas delas com origem inclusive em encarnações anteriores, de modo que seu decidir não pode jamais ser meramente formal e fruto de automatismo burocrático”.

“Cada parte que busca um juiz de Vara de Família está a procura de alguém que traga um pouco de luz e paz aos conflitos íntimos e domésticos que ela enfrenta. A parte espera do juiz da Vara de Família uma postura serena e equilibrada, ela anseia por um juiz paciente que possa ouvi-lo e melhor orientá-lo”, continuou.

“Quando um réu chega diante de um juiz criminal, ele espera encontrar alguém que seja justo e que o trate com dignidade. O juiz criminal deve sim ter muita sensibilidade, aplicando a menor pena possível para cada um (e ela se



Ministro Francisco César Asfor Rocha



Juiz Durval Augusto Rezende Filho (SP)

mostrará justa ao decorrer do tempo – se o delito for grave e os antecedentes muitos, ela não será pequena, mas será a menor possível. Lembremos, que seremos medidos com a mesma medida que medirmos os outros”.

“Nas Varas da Infância e da Juventude, precisamos de juízes que amem as crianças”.

“Numa Vara dessas, requer-se um juiz que intensa e abnegadamente se preocupe com o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, acrescentou o magistrado”.

Durval Rezende Filho chamou a atenção para a responsabilidade de ser juiz. “Vamos escolher as Varas de acordo com a nossa vocação e não para ter mais tempo para o magistério ou para qualquer outra atividade”.

Discorreu sobre a necessidade de operar com dedicação e muito cuidado, principalmente diante do conhecimento que se tem da realidade espiritual. “Na verda-



Juiz Roberto de Freitas Messano (MG)

de”, disse o expositor, “no mundo espiritual inferior, em zonas purgatoriais, há muitos ladrões, assassinos, viciados e corruptos, mas existem também Espíritos que, quando na Terra, representavam a justiça humana. Esses acharam mais conveniente abusar de suas posições; plantaram ventos

em seus julgamentos e adubaram as plantas nascentes com adubo venenoso”.

Ao final de sua exposição, o magistrado paulista sublinhou a importância de uma conduta rigorosamente ética e de uma justiça que leve em conta a dignidade e a condição espiritual do réu, um irmão em evolução.



Manifestando-se a seguir, o magistrado Roberto de Freitas Messano (MG), após analisar o conceito de família à luz do Direito e do Espiritismo, deteve-se no exame da responsabilidade do juiz na Vara de Família, resolvendo as delicadas questões que lhe são trazidas, a envolver o futuro de pais e filhos. “O importante é saber que nós, em Vara de Família, não estamos adstritos apenas às partes, aos advogados, às testemunhas”, salientou o magistrado. “Existe um Plano Espiritual com interesses naquilo que vamos decidir. Se não formos seres moralizados, pre-



Juiz Jorge Luiz Tadeu Rodrigues (MT)



Desembargador Luiz Eduardo de Souza (GO)

dispostos a servir e ajudar, para que possamos contar com o apoio dos amigos espirituais, certamente teremos grandes dificuldades, atraindo, inclusive, perturbações e enfermidades”.

Depois de analisar as dificuldades que o magistrado encontra, às vezes, nas tarefas de conciliação da família, sua missão magna, Roberto Messano, acentuando que a tarefa do magistrado, no trato das questões de família, exige cuidados extras, finalizou: “É um trabalho de paciência, de perseverança, alimentado pela certeza de que nós estamos construindo não só em benefício de nossos semelhantes, mas de nós mesmos, valorizando a oportunidade que Deus nos deu de crescermos”.



Em prosseguimento, o Desembargador Luiz Eduardo de Souza, ocupando a tribuna, saudou os participantes, passando a comentar a importância da atuação do juiz e citar alguns exemplos de ca-

sos que resolveu, promovendo o entendimento e a paz entre o casal, evitando a sua separação.

“Somos protagonistas de uma nova era”, disse o magistrado, “a era da luz, a era da transformação, em que o grande magistrado Jesus aguarda o melhor de nós, para a construção de um mundo mais

justo e amoroso”.

“A missão é árdua? É. É difícil? Não. O importante é trabalhar”, salientou o magistrado. Precisamos arrumar as prateleiras internas dos nossos valores e nos tornarmos equilibrados, pacientes, pacíficos, viver harmoniosamente, humildemente com todos os que nos cercam, seja qual for o lugar ou a situação”.



O Juiz Jorge Luiz Tadeu Rodrigues (MT), orador seguinte, deteve-se no exame da função do magistrado na Vara Criminal. Relatando experiência pessoal na prestação de assistência aos presidiários, mostrou as falhas existentes “contrariando totalmente a lei de execuções penais”. “Os processos de progressão de pena demoram, e a pessoa fica lá pagando dois, três, quatro meses, um ano, mais do que devem”, comentou o magistrado.

Depois de referir-se à desuma-



Juíza Rozenéa Martins de Oliveira (ES)

nidade com que são tratados “esses nossos irmãos que se equivocaram”, admitiu o juiz que a sociedade não está cumprindo seu papel, acrescentando: “E nós, da magistratura, buscando garantir a ordem pública, a paz, a segurança social, estamos mandando esses nossos irmãos à uma verdadeira escola de violência, que são os presídios; ao invés de corrigi-los, como se impunha, estamos criando delinquentes”.

“Essa situação triste, é verdade, cria em nós um sentimento de impotência, mas também nos incentiva a prosseguir buscando veredas para a humanização dos presídios”, concluiu Tadeu Rodrigues, convidando os Colegas à concre-

tização desse ideal.

A Juíza Rozenéa Martins de Oliveira (ES), em sua manifestação, observou que “a primeira pre-

OS JUÍZES TAMBÉM PRECISAM DE SEGURANÇA, SEGURANÇA EMOCIONAL, SEGURANÇA ESPIRITUAL

missa a considerar é que nós estamos juízes e somos espíritas. Estamos na posição de juízes, mas, na verdade, não sabemos qual será nossa função ou atividade na próxima reencarnação”.

Discorreu sobre a responsabilidade do julgador espírita, ressaltando, por último, a importância da reforma íntima, para o bom jul-

gar. “Façamos, então, da oportunidade que se nos é oferecida, o instrumento de nossa evolução, aplicando sempre, em todas as áreas de atuação, os nossos conhecimentos espirituais, buscando fazer o melhor pelos que se subordinam ao nosso julgamento”.

A Juíza Clarice Claudino da Silva (MT), que

a seguir usou da palavra, ressaltou a complexidade e a delicadeza da tarefa do juiz na Vara de Família e fez um relato de suas experiências pessoais, buscando entender as relações, as preocupações, as ansiedades e as dores dos que buscavam a solução judicial para os problemas de sua vida conjugal, a envolver, quase sempre, o próprio futuro dos filhos.

“Quem já presidiu uma Vara de Família sabe que se trata, muitas vezes, de uma eternização de conflitos”, disse a magistrada. “Você acha que resolveu hoje, mas amanhã retornam as partes com uma execução de sentença. Na verdade, a sentença no Juízo de Família não é terminativa se o conflito não for resolvido em sua integralidade. Se não dermos oportunidade para que essas pessoas restabeleçam o canal de intercomunicação e o respeito recíproco, conscientizando-se do papel de cada um na família, de nada valerão nossos esforços”, afirmou a Dra. Clarice, comunicando aos presentes os excelentes resultados de um programa que idealizou, com base em



Juíza Clarice Claudino da Silva (MT)

material colhido no II Encontro Nacional, em Belo Horizonte, e em experiências obtidas em alguns Estados do sul, e que, atraindo o apoio do Tribunal de Mato Grosso, culminou com um projeto de formação de um núcleo de mediação e conciliação para as Varas de Família de Cuiabá, em regime de parceria com as Faculdades, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Disponibilizando aos presentes citado projeto, encerrou sua intervenção, realçando que não há “mais ou menos” para um Juiz de Família. “É dedicação de corpo e de alma e a recompensa é o nosso crescimento pessoal”.

O Desembargador Benito Alcântara de Figueiredo (BA), de sua vez, referiu-se aos problemas emocionais enfrentados pelo juiz em sua atividade, à ansiedade que o acompanha quase sempre, refletindo em sua saúde.

Citou, então, o exemplo do famoso cirurgião americano Bernard Vigel, autor de um *best seller*, nos Estados Unidos, e que confessava a ansiedade que sentia antes de uma cirurgia, compreendendo que poderia suavizá-la, sentindo-se mais seguro, se com humildade formassem ao seu redor um ambiente fraterno, começando por proibir que lhe chamassem de doutor, mas simplesmente por “Bernie”, dimi-

nutivo de Bernard. “Os juízes também precisam de segurança, segurança emocional, segurança espiritual”, frisou o magistrado.



SOMOS PROTAGONISTAS DE UMA NOVA ERA, A ERA DA LUZ, A ERA DA TRANSFORMAÇÃO, EM QUE O GRANDE MAGISTRADO JESUS AGUARDA O MELHOR DE NÓS, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MAIS JUSTO E AMOROSO



“Bem sabemos da influência que o psiquismo dos que nos rodeiam pode exercer sobre nós, se estivermos desprevenidos, isolados em nossa arrogância”.

Ao finalizar, o Desembargador Benito salientou a necessidade que têm os juízes de avaliarem cuidadosamente suas posições, relativamente ao prestígio que des-

frutam e o poder de que dispõem, buscando estabelecer a harmonia psíquica no ambiente em que atuam, nas relações interpessoais,

com posturas marcadas pela humildade e pelo trato fraterno.



Encerrando o Painel, o Ministro Francisco César Asfor Rocha agradeceu aos participantes, lembrando o grave compromisso cármico

que a maioria dos juízes traz em sua bagagem espiritual, a requisitar, sempre, a maior atenção possível no desempenho profissional e social.



Desembargador Benito Alcântara de Figueiredo (BA)



SEGUNDO PAINEL

A INFLUÊNCIA DO ESPIRITISMO NA ELABORAÇÃO DAS LEIS E JULGAMENTOS

Coordenado pela Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, o II Painel teve como participantes os magistrados Orleide Rosélia Nascimento Silva, responsável pela introdução, Rosemeire Lopes Fernandes, Paulo Eduardo Mendes Sobrinho, Mônica Senise Ferreira de Camargo e Emery Oscar Valentim.

Instalando o Painel, a Desembargadora Carmelita Dias (DF) agradeceu a presença dos participantes e prestou uma homenagem ao Ministro Milton de Moura França, a quem incubia coordenar os trabalhos, mas que, por absoluta impossibilidade, não pôde comparecer.

Depois de se referir à importância do tema a ser debatido, convidou a Juíza Orleide Rosélia Nascimento Silva (PE) para fazer a introdução.

Dissertando, de início, sobre os princípios básicos do Espiritismo, a magistrada acentuou a importância de seu estudo pelos magistrados, como fator de alta relevância para o bom julgar.

“A sociedade clama por Justiça”, salientou, “mas também por fraternidade, por juízes aptos a julgar de acordo com a Lei Maior, que reclama coerência e misericórdia”.

Comentou depois, a Juíza Orleide Nascimento Silva, a im-



Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias (DF)

portância de ter presente o exemplo ímpar de Jesus, iluminando o futuro da civilização, e os efeitos extraordinários que o conhecimento do processo de reencarnação produz, modificando concepções e posturas, contribuindo decisivamente para uma nova visão do Direito e da Justiça.

A Juíza Rosemeire Lopes Fernandes (BA), que se manifestou a seguir, iniciou sua exposição lembrando a lição do Espírito Joanna de Angelis, segundo a qual “à medida que o homem desenvolve os sentimentos e a inteligência se aprimora, as suas leis vão se tornando mais brandas e sua justiça mais equânime”, comentando, depois, passagem da obra *Filosofia do Direito Além da Terceira Dimensão*, de Weimar Muniz de Oliveira, em que o autor ressalta que “a Justiça é um dos arquétipos mais profundamente enraizados no consciente coletivo”, e que também “as idéias de igualdade, respeito, dignidade, fraternidade e amor encontram-se na consciência de todos nós, o que nos leva ao Direito Natural e ao processo gradativo da humanização das leis e da justiça, que vai se tornando visível nos ordenamentos jurídicos, à medida que os povos vão revelando o seu grau de adiantamento moral e intelectual”.

Mencionando o papel da ABRAME, reunindo e incentivando os magistrados idealistas que buscam um padrão superior de justiça, mais afinada com os ensinamentos de Jesus, ressaltou a importância dos Encontros Nacionais que “significam uma renovação de ideais, um alimento para nossas almas, fazendo com que, ao voltarmos para nossas regiões,

nos sintamos revigorados e com a certeza de que, efetivamente, somos agentes de transformação”. “Nós, espíritas, somos, sim, agentes de transformação”, sublinhou a Juíza. “Segundo Kant, a vontade de mudar é o primeiro atributo da ética. Necessário, então, romper a indiferença, aguçar a sensibilidade, acreditar que nossa ação pode mudar as coisas e termos vontade de mudar. O segundo atributo, segundo o filósofo, é a ação concreta. É indispensável que evoquemos a responsabilidade por essa mudança”.

Referindo-se à Constituição de 88, que valorizou como nenhuma das anteriores a dignidade da pessoa e o valor social do trabalho, fundamentos da República, elogiou o trabalho de Colegas que, através de decisões corajosas, colabo-

ram para a construção de relacionamentos mais justos, num País espantosamente marcado pela desigualdade social, pela miséria, pelo trabalho escravo e outras ma-

Fernandes destacou a importância das reiteradas decisões judiciais em favor dos valores humanos e sociais, que geram, de sua vez, mudanças legislativas, frisando que “a ordem jurídica está entrelaçada com a ordem moral e é o reflexo dela”, impondo-se, então, como fundamental “a celebração da dignidade humana na defesa da vida contra o aborto, na luta contra o traba-

lho escravo, contra o trabalho infantil, sempre a favor de melhores e mais dignas condições de vida para todos”.

~*~

À MEDIDA QUE O HOMEM DESENVOLVE OS SENTIMENTOS E A INTELIGÊNCIA SE APRIMORA, AS SUAS LEIS VÃO SE TORNANDO MAIS BRANDAS E SUA JUSTIÇA MAIS EQUÂNIME

~*~

zelas que nada dizem com um Estado Democrático de Direito e em que apenas 30% dos conflitos são judicializados.

Ao concluir, a Juíza Rosemeire



Juíza Orleide Rosélia Nascimento Silva (PE)

~*~
O Juiz Paulo Eduardo Mendes Sobrinho (CE), assinalou, em sua participação, que cogitar da influência do Espiritismo sobre as leis e julgamentos, significa, de certa forma, um recuo ao Direito Natural. “A gente nasce com o Direito dentro da gente, sabe o que é certo e o que é errado”, disse o magistrado.

Comentando a importância dos ensinamentos de Jesus, para uma percepção mais avançada do Direito, narrou episódios de sua carreira que ilustravam essa tese, lamentando, de passagem, que o Cristo crucificado continue sendo entronizado em certos recintos forenses, quando



Juíza Rosemeire Lopes Fernandes (BA)

ele é o símbolo da libertação e da luz, e sendo certo que o crucifixo “é a imagem pior que a Humanidade tem de um terrível erro judiciário”.

Discorrendo sobre a influência do Espiritismo na elaboração das leis e nos julgamentos, acentuou que a preocupação com o aperfeiçoamento da legislação e da prestação jurisdicional significa o despertar da consciência e “a ABRAME serve a esse propósito, promovendo Encontros como este, concitando-nos a prosseguir em nosso ideal de julgar com consciência, com senso de responsabilidade, sabedores que somos da realidade espiritual”.

A seguir, pediu permissão para ler o importante trabalho de autoria do Colega Carlos José Martins Gomes, Delegado da ABRAME, no Rio de Janeiro, impossibilitado de participar pessoalmente do Painel, no qual, o autor, depois de mostrar que “a Doutrina Espírita é a doutrina da responsabilidade”, assenta que “prestigiando o livre-arbítrio, o Espiritismo faz-nos reconhecer que a lei divina encontra-se impressa em nossa consciência”.

Assinala, em seu trabalho, o Juiz Carlos José Martins Gomes, que “o Cristianismo foi fundamental para a construção de um novo direito, influenciando particularmente as legislações do mundo ocidental. A valorização da vida, a consagração da igualdade entre os homens, eliminando os preconceitos de cor, condição social ou religiosa, são alguns dos efeitos dessa influência”.

“A Doutrina Espírita desvenda



Juiz Paulo Eduardo Mendes Sobrinho (CE)

o mundo espiritual”, continua o autor, ao “alertar-nos para que o exame das questões postas ao nosso julgamento seja feito com maior profundidade, tendo presente a falibilidade humana. Na história dos povos, grandes erros existiram e podemos dizer que a Justiça viveu e vive grandes equívocos”.

“No reconhecimento da nossa própria falibilidade e na certeza de que a inspiração superior não falta ao trabalhador sincero, encontraremos, sempre, os recursos para o julgamento justo, em harmonia com a Ordem Divina”, conclui a exposição do magistrado carioca.

Finalizando sua participação, o Juiz Paulo Eduardo congratulou-se com os presentes, pelos resultados que o III Encontro alcançava. “A influência do Espiritismo é a presença de Deus dentro da gente”, concluiu.



A participante seguinte foi a Juíza Mônica Senise Ferreira de Camargo (SP), que iniciou sua intervenção afirmando que estamos, inegavelmente, vivendo um momento de transição planetária, “um momento de separação do joio do trigo”, em direção a uma nova ordem social. “Os Espíritos que agora reencarnam”, salientou a magistrada, “já trazem uma bagagem existencial diferente, são portadores de uma nova mentalidade e necessitarão de suporte para sua atuação nesse tempo de transformações e de construção dessa nova ordem social”.

Assinalando que, à evidência, há um planejamento da Espiritualidade Superior para os novos tem-



Juíza Mônica Senise Ferreira de Camargo (SP)



Juiz Emery Oscar Valentim (SC)

pos, ressaltou o surgimento da ABRAME como parte desse projeto. “A ABRAME, criada há poucos anos, nesse momento de transição, não foi criada por acaso. E nós, também, não estamos magistrados por acaso, pois, na maioria das vezes, estamos compondo os prejuízos nefastos que causamos no passado. Pedimos essa oportunidade de

atuar na construção de uma nova ordem social, com um padrão mais avançado de Justiça”, disse a Juíza.

Comentando que o Direito é o poderoso instrumento de transformação social, na medida em que resgata as relações entre os homens, e entre estes e as instituições, destacou a importância da atuação dos operadores do Direito, principalmente os magistrados, contribuindo para a transformação da ordem social.

Enfatizou, a seguir, a importância da jurisprudência e a alta significação do trabalho do juiz iluminado pelo Conhecimento Espírita, com indubitáveis reflexos na formação de novas leis, que irão impulsionar o progresso da sociedade.

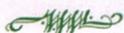
Referindo-se aos ensinamentos de Jesus, sublinhou a importância de se ter presente, na administração da justiça, a lei do amor.

Ao concluir, a Juíza Mônica Senise Ferreira de Camargo cha-

mou os juízes espíritas à reflexão: “Todos nós juízes, nesse tempo de



NO RECONHECIMENTO DA NOSSA PRÓPRIA FALIBILIDADE E NA CERTEZA DE QUE A INSPIRAÇÃO SUPERIOR NÃO FALTA AO TRABALHADOR SINCERO, ENCONTRAREMOS, SEMPRE, OS RECURSOS PARA O JULGAMENTO JUSTO, EM HARMONIA COM A ORDEM DIVINA



transição que marca o planeta, temos a responsabilidade de pensar e contribuir para a construção de um novo Direito, um Direito que leve em conta a natureza espiritual do ser humano”.



O participante seguinte foi o Juiz Emery Oscar Valentim (SC). Após analisar aspectos importantes da Doutrina Espírita e sua influência na elaboração das leis, reportou-se à sua influência nos julgamentos, citando diversos casos correntes de julgamentos baseados em provas mediúnicas, entre eles o que ocorreu em processo que tramitou na 6ª Vara Criminal de Goiânia, em que o réu foi absolvido com base em mensagem da vítima, transmitida por Francisco Cândido Xavier, proclamando a inocência do réu José Divino Nunes, com 18 anos de idade, caso em que a sentença foi prolatada pelo Juiz Orimar de Bastos.

Observou, ainda, o orador, a

respeito desse episódio, que, depois da sentença, outra mensagem da vítima foi recebida pelo médium, dirigida ao magistrado, fazendo referência “ao valoroso juiz de nossa terra que sabe honrar o coração humano e entender quão necessário se faz o respeito aos sofrimentos alheios”.

A seguir, o expositor destacou a necessidade

de que tem o homem de espiritualizar-se e a missão do Espiritismo influenciando todas as atividades humanas, salientando, também, o papel da ABRAME e a sua importante presença nas Universidades, mostrando a Justiça “sob um prisma transcendental”.

Por último, destacou o valor dos Encontros Nacionais e das reuniões em todo o Brasil, promovidas pela ABRAME, agregando os magistrados em torno da idéia de espiritualizar a Justiça.

Após, o Juiz Emery Valentim convidou os presentes a assistirem importante mensagem referente ao tema.



Durante o Painel, aconteceram diversas intervenções por parte do auditório, entre elas a do Juiz Francisco de Assis Brasil (RN), com sugestões para o próximo Encontro, mostrando também a importância dos magistrados se preocuparem com temas como o

aborto, cuja pretendida legalização é realmente inconstitucional.

Voltando a ocupar a palavra, o Juiz Emery relatou uma brilhante decisão proferida pelo Juiz João Batista, livre-docente da Universidade do Espírito Santo, libertando uma mulher presa há oito meses e que estava grávida, e na qual declarava:

“A acusada é multiplicadamente marginalizada; por ser mulher numa sociedade machista, por ser pobre, cujo latifúndio são os sete palmos de terra, por ser prostituta, desconsiderada pelos homens, mas amada por um Nazareno que certa vez passou por esse mundo”.

“Por não ter saúde, por estar grávida, santificada pelo feto que tem dentro de si. Mulher, diante da qual um juiz deveria se ajoelhar em homenagem à maternidade, mas que na nossa estrutura social, ao invés de estar recebendo cuidados pré-natais, espera pelo filho na cadeia”.

“É uma dupla liberdade a que concedo neste despacho, liberdade para Edna e liberdade para o filho de Edna, que, se puder, do ventre da mãe, ouvir o som da palavra humana, sinta o calor e o amor da palavra que lhe dirijo para que venha a esse mundo com forças para lutar, sofrer e sobreviver”.

“Quando tanta gente foge da responsabilidade da maternidade, quando pílulas anticoncepcionais pagas por instituições estrangeiras são distribuídas gratuitamente e sem qualquer critério ao povo brasileiro, quando tantas mulheres brasileiras, mesmo jovens e sem

discernimento, são esterilizadas, quando se deve afirmar ao mundo que você tem direito à vida e que é preciso distribuir melhor as terras e não reduzir a natalidade, quando, por conforto e até mesmo por motivos fúteis, mulheres se privam de gerar, Edna engrandece hoje este Fórum, com o feto que carrega dentro de si. Esse juiz negaria todo seu credo, rasgaria todos os seus princípios, trairia a memória de sua mãe, se permitisse sair deste Fórum sob prisão”.

“Saia livre, saia abençoada por Deus, saia com seu filho e traga

seu filho à Paz, porque a cada choro de uma criança que nasce, nasce a esperança e um mundo novo, mais fraterno, mais puro e, algum dia, mais cristão”.

“Expeça-se incontinenti o Alvará de soltura”.



Ao encerrar o II Painel, a Desembargadora Carmelita Dias agradeceu a participação dos expositores, congratulando-se com os presentes pelos magníficos resultados obtidos.



Juiz Francisco de Assis Brasil (RN)



TERCEIRO PAINEL

O JUIZ ESPÍRITA E OS DESAFIOS DO DIA-O-DIA. A FAMÍLIA. A ATIVIDADE PROFISSIONAL. A SOCIEDADE.

O III Painel, sob a coordenação do Desembargador Hildebrando Coelho Neto (MS), teve os seguintes participantes: Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro (AP), que fez a introdução, o Desembargador Mário Lima Reis (MA), o Juiz Paulo Eduardo Mendes Sobrinho (CE) e o Juiz Eduardo Guilliod Maranhão (PE).

Abrindo o Painel, o Desembargador Hildebrando Coelho Neto, referindo-se aos pró-dromos da criação da ABRAME, congratulou-se com todos os associados pelo que já foi construído nesses poucos anos de sua existência, destacando a ostensiva assistência da Espiritualidade Superior.

A exposição inicial coube ao Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, como introdutor ao tema a ser debatido.

“A ignorância do juiz é, com freqüência, a desventura do inocente”, começou o orador, citando Santo Agostinho. Chamando a atenção para a responsabilidade do juiz, lembra Emmanuel, que, em um dos seus ensinamentos, recomen-

da: “Observa as oportunidades de reajuste e aperfeiçoamento que o mundo te concede na esfera da profissão”. E ainda: “Reflete no trabalho que desempenhas e encontrarás dentro dele os sinais do



Desembargador Hildebrando Coelho Neto (MS)

próprio passado e usando-o não apenas em teu próprio favor, mas em favor de todos os que se aproximarem de ti, reconhecerás no trabalho que te foi dado a iluminação porta libertadora para o futuro”.

Ressaltando, a seguir, o papel cada vez mais fundamental da magistratura para o progresso da sociedade e do Estado, conclamou

os magistrados a uma firme tomada de posição contra a imoralidade”. “Há de haver para todos, senão, pelo menos, para nós, magistrados espíritas, o comprometimento de tornar inexistente a ne-

fasta distorção de juízes submissos ao poder político, à falta de ética, às pretensões pessoais de carreiras políticas daqueles que fazem da toga o seu trampolim, enfim, a qualquer forma de pressão, dominação ou vaidade pessoal. É imperativo que se garantam os direitos e deveres dos cidadãos de modo efetivo, independente, concreto e permanente”.

Tratando de um dos temas do Painel, a família, o Desembargador Honildo de

Mello Castro lembrou a sua importância fundamental para a redenção do homem, em sua jornada na Terra, salientando a responsabilidade do juiz no cuidado do relacionamento com os seus. “Como sermos justos para os jurisdicionados, se não o somos no recôndito da família?” – perguntou. “O juiz espírita”, esclareceu o magistrado, “além das virtudes da atividade

profissional, tem um dever ainda maior para com a família, pois, muitas vezes, na condição de pais e filhos, cônjuges ou parentes, não passamos de devedores em resgate de antigos compromissos”. “O juiz espírita há de levar para o seu lar, a família, não apenas a materialidade dos bens, mas, antes de tudo, o exemplo ético, o comportamento fraterno e abnegado, paciente, amoroso e consciente”.

Examinando a posição do juiz em relação à sociedade, destacou, de um lado, a influência dos julgamentos na sociedade, e de outro, a opinião da sociedade em relação ao magistrado e, por extensão, ao próprio Poder Judiciário, sendo, pois, imperioso que o juiz procure afastar de si “a prepotência, a arrogância, a presunção de infalibilidade, a falta de humildade”.

Lembrando a necessidade de constante vigilância em relação ao comportamento pessoal, o expositor trouxe importante lição de Rui Barbosa, em uma de suas sustentações perante o Supremo Tribunal Federal: “Lembrai-vos, juizes, que se sois colocados acima do povo que vos circunda, não é senão para ficardes mais expostos aos olhares de todos. Vós julgais a sua causa, mas ele julga a vossa Justiça. E tal é a desventura da

vossa condição, que não lhes podeis ocultar nem a vossa virtude, nem os vossos defeitos”.



A IGNORÂNCIA DO JUIZ É, COM FREQUÊNCIA, A DESVENTURA DO INOCENTE



É IMPERATIVO QUE SE GARANTAM OS DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS DE MODO EFETIVO, INDEPENDENTE, CONCRETO E PERMANENTE



Referindo-se ao compromisso que o juiz, principalmente o juiz espírita, tem de buscar sempre a materialização do justo, lembrou

virtudes que devem ornar a conduta do magistrado consciente, afinado com os ensinamentos de Jesus: “independência, cultura, sentimento de justiça, prudência, ausência de preconceitos, altruísmo, serenidade, urbanidade, fraternidade”, a asinalarem um comportamento responsável e indispensável na interação juiz-sociedade.



Manifestando-se a seguir, o Juiz Eduardo Guilliod Maranhão

deteve-se no exame dos desafios que o juiz encontra em sua relação com a sociedade.

Apontando para as dificuldades



Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro (AP)

que o mundo atravessa, a marcarem o tempo de transição que a Humanidade enfrenta, ressaltou o orador que se presencia, hoje, um verdadeiro conflito de idéias. “É o mundo velho que teima em resistir, e o mundo novo que dá seus primeiros vagidos”.

Analisou, a seguir, a postura que o juiz espírita deve tomar diante dessa situação, enfatizando a importância de seu testemunho e do seu trabalho de renovação. “Nessa batalha entre o mundo velho e o mundo novo, o Judiciário surge como o novo campo de conflito, com a sociedade utilitarista batendo à porta dos Tribunais buscando satisfazer seus interesses egoísticos, em detrimento das aspirações mais

nobres e duradouras”.

Discorrendo sobre a responsabilidade do juiz, lembrou que, não sem razão, muitos criticam a atua-

~~~~~

**LEMBRAI-VOS, JUÍZES, QUE SE SOIS
COLOCADOS ACIMA DO POVO QUE VOS
CIRCUNDA, NÃO É SENÃO PARA
FICARDES MAIS EXPOSTOS AOS OLHARES
DE TODOS. VÓS JULGAIS A SUA CAUSA,
MAS ELE JULGA A VOSSA JUSTIÇA.**

~~~~~

ção de certos juízes: “Dá-me a lei, dize-me o que queres e eu farei ela dizer”. “Somos, sim, capazes de pensar assim”, acentuou o expositor, prosseguindo: “O Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, há muito tempo, disse que nós vivemos debaixo de uma Constituição, mas a Constituição

diz aquilo que os juízes dizem que ela diz. Essa verdade é preocupante para todos nós. E sabem por quê? Porque durante sucessivas encarnações, nós, como juízes, temos feito a lei dizer palavras que traduzem opressão, impiedade e injustiça. Mas hoje, como juízes espíritas, estamos tendo a oportunidade de consertar o erro e de fazer com que a lei diga palavras

de amor e misericórdia. Exerçamos a nossa atividade de juízes, buscando nos valores, no cabedal axiológico que a Doutrina nos oferece, os recursos de interpretação e aplicação da lei, fazendo a lei dizer amor e misericórdia. E nós estamos sendo convocados para isso”.

Mais adiante, lembrando que a República Brasileira tem como fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana, assinalou que todo o ordenamento jurídico deve ser interpretado e aplicado com vistas à preservação da dignidade da pessoa.

Concluindo, sublinhou o magistrado Guilliod Maranhão: “Somos juízes espíritas, e não juízes e espíritas. Não temos o direito de impor nossas convicções aos outros, nem precisamos. Apliquemos a lei, lembrando as verdades do Cristo. A lei vai dizer o que nós quisermos que ela diga, saibamos, então, usar a oportunidade, talvez única, que nos está sendo dada”.



Juiz Eduardo Guilliod Maranhão (PE)

O orador seguinte foi o Desembargador Mário Lima Reis (MA).

Em sua participação, o magistrado narrou diversas experiências vividas nas várias comarcas onde jurisdicionou, mostrando os desafios que um juiz encontra em sua atividade profissional e como os casos que se lhe apresentam podem ser resolvidos com justiça, bom senso e humanismo.

Manifestando-se por último, o Juiz Paulo Eduardo Mendes Sobri-

nho (CE) ressaltou a importância da simplicidade na conduta do juiz, enfatizando a importância de *O Livro dos Espíritos* e das demais obras

diversas intervenções do auditório, o Desembargador Hildebrando Coelho Neto agradeceu a presença de todos os participantes, destacando a importância dos conceitos examinados e das experiências trazidas para o caminhar seguro do juiz espírita.

~~~~~

**SOMOS JUÍZES ESPÍRITAS, E NÃO JUÍZES E
ESPÍRITAS. NÃO TEMOS O DIREITO DE
IMPOR NOSSAS CONVICÇÕES AOS
OUTROS, NEM PRECISAMOS.
APLIQUEMOS A LEI, LEMBRANDO AS
VERDADES DO CRISTO.**

~~~~~

espíritas, para um caminhar seguro do juiz, tanto em suas atividades profissionais, como fora delas.

Ao encerrar o Pannel, depois de



Desembargador Mário Lima Reis (MA)

CONFERÊNCIAS



árias conferências aconteceram durante o Encontro.

A primeira, tendo como tema “Aborto: Direito ou Delito?”, foi desenvolvida pelo magistrado Clayton Reis (PR), sendo a Mesa composta pelos Juízes Daniela Brandão Ferreira (RJ), Antonio Fernandes da Luz (DF), Múcio Nobre (RN) e José Edilson Caridade Ribeiro (MA).

Sinopse:

“A vida é obra do Criador. Somos depositário e não proprietário do nosso corpo – veículo do espírito na busca da perfeição”.

“Escreveu Kardec em *O Livro dos Espíritos*, que eliminar a vida do nascituro é retirar do Espírito o direito ao processo reencarnatório, significando uma subtração de direitos fundamentais da pessoa, somente justificável nos primór-

dios do processo civilizatório”.

“Para o Presidente Dr. Zalmino Zimmermann, ‘O direito à vida é o primeiro dos direitos naturais. Diz com a própria natureza humana, daí o seu caráter inviolável, intemporal e universal. Caracteriza-se como um direito supra-estatal; paira acima do Estado.’”

“Para a Presidente Nacional das AMEs, Dra. Marlene Nobre, ‘Nosso ponto de partida é: a vida é



Participantes no auditório da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO

um bem indisponível. A nosso ver, as consciências humanas têm um compromisso fundamental com a verdade, por isso devem mergulhar fundo no estudo do extraordinário fenômeno da vida, em busca do seu real significado, sem aceitar o raciocínio dogmático reducionista, que tenta encará-la num mero jogo de palavras, ao invés de discutir as inúmeras incógnitas para as quais o materialismo não tem resposta”.

“Os argumentos invocados para justificar a prática do aborto são inúmeros. No curso da história da humanidade as pessoas sempre se utilizaram de raciocínios para justificar a prática de delitos, como, por exemplo, ‘o fim justifica os meios’ e outros. Muitos deles são equivocados, posto que fundados em premissas falsas e contraditórias – verdadeiros sofismas. Para evitar situações dessa natureza, sempre será necessário invocar pontos de vistas que estejam de acordo com a Ética e os valores que asseguram dignidade ao ser humano”.

“Nos argumentos que envolvam direitos relacionados com a vida e a personalidade, devem prevalecer, ao lado dos princípios de fraternidade, solidariedade e amor ao próximo, os princípios prescritos na Carta Magna que objetivem a defesa do direito à vida e à dignidade da pessoa humana, consagrados pela Revolução Francesa de 1789 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948”.



Juiz Clayton Reis (PR)



Juiz Múcio Nobre (RN) e Senhora Maria Eva Nobre



Juiz Weimar Muniz de Oliveira (GO)

“O Direito à Vida encontra-se prescrito no Caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. No mesmo sentido, o artigo 1º, III, consagra o Direito à Dignidade, fato que nos conduz à dedução de que a maior dignidade resulta na vida – posto que, sem vida não há dignidade nem direito. Nessa linha de idéias, o artigo 13 do Código Civil impôs limites à pessoa de dispor do seu próprio corpo, o que se encontra corroborado pelo artigo da Lei número 9.934/97. Por sua vez, o artigo 2º do Código Civil assegura o direito à vida do nascituro logo após a concepção”.

“O ordenamento jurídico brasileiro reconhece amplamente o direito do nascituro: ‘direito à vida e à saúde, através de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência’ (art. 27 do ECA); direito de receber bens



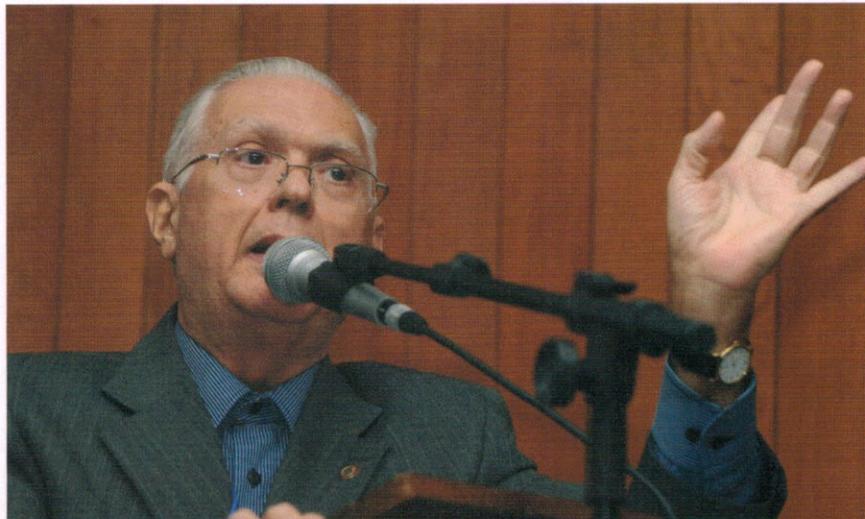
Abertura da segunda conferência

patrimoniais na condição de donatário e legatário – artigo 542 e art. 1.799, I, do CCB-2002; direito de ser reconhecido – art. 1.609, par. único do CCB-2002; direito de receber alimentos – artigo 5º, inciso LVII da CF/88; direito de ser adotado – artigo 1.619 do CCB-2002; direito à sucessão – artigo 1.798 do CCB-2002; direito à curatela – artigo 1.779, par. único do CCB-2002; direito de nascer – artigo 2º do CCB-2002”.

“A conservação da vida física apresenta-se pois como a mais poderosa das forças impulsivas da existência humana”. Rudolfo Eucken, Prêmio Nobel de Literatura em 1908.

“Aqueles que se envolvem, qualquer que seja sua profissão, na causa pró-aborto, estão contribuindo, de forma efetiva, para o crescimento da violência no mundo”. (Boletim da AME)

“Quem pratica aborto, afirma-



Desembargador Hélio Barros Siqueira Campos (PE)

va Hungria, citando Manzini, não opera *in materiam*, mas contra um homem na ante-sala da vida civil”. (Boletim da ABRAME)

“Em face dos argumentos jurídicos, éticos, sociais e ideológicos, poderemos deduzir que *o aborto é um delito!*”

“A existência é a oportunidade de reencarnatória que o Criador

concedeu aos Espíritos para, através desse processo, caminharem na busca da perfeição”.



A segunda conferência do Encontro foi proferida pelo Juiz Weimar Muniz de Oliveira, abordando o tema “Efeitos Espirituais do Aborto”. Participaram da Mesa, o Desembargador Matias



Juizes Braz Moreira Henriques (MG), Zalmino Zimmermann (SP), Héber Carlos de Oliveira (GO), Desembargador Hélio Barros Siqueira Campos (PE) e Juíza Iva Bernadete Franco Nunes (AL)



Juiz Kéops de Vasconcelos Vieira Pires (PA)

Washington Oliveira Negry (GO), o Juiz Eduardo Guilliod Maranhão (PE) e a Juíza Eulaide Maria Vilela Lins (AM).

Sinopse:

“O Direito do ser humano à vida é um direito indisponível, desde a concepção, a partir do momento em que o espermatozóide penetra no óvulo, fertilizando-o”.

“Esse direito é defensável cientificamente, tanto no campo do Direito quanto no da Medicina”.

“Essa posição da ciência é coincidente com a dos Espíritos codificadores, quando, em *O Livro dos Espíritos*, à pergunta 358 – ‘Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período da gestação?’, respondem: ‘Há crime

sempre que transgredis a Lei de Deus. A mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que serviria de instrumento o corpo que se estava formando”.

“Na visão espírita, os argumentos de cunho científico e filosófico, somando-se ao sentimento de amor e solidariedade universais, revigoram a convicção de que o aborto, em qualquer das alternativas, é crime, crime hediondo, contra quem não tem como se defender”.

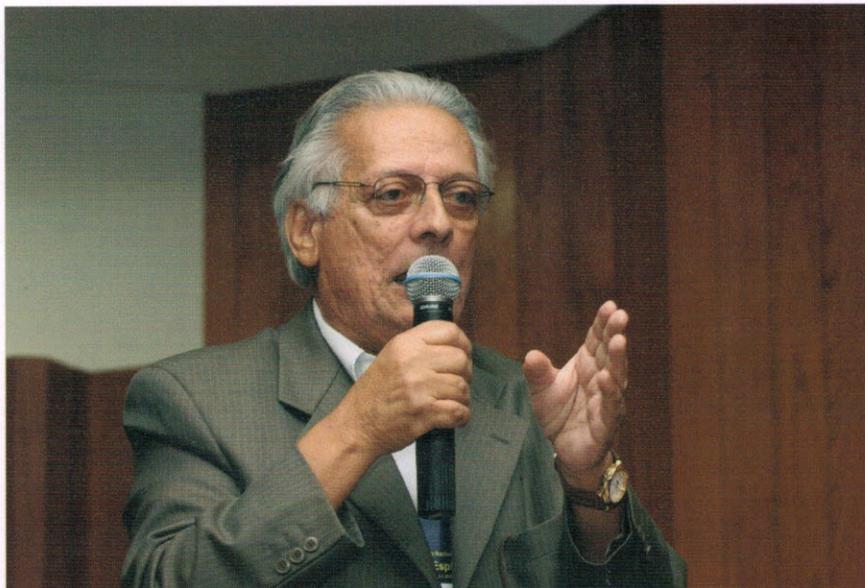
“Realizado o aborto, mesmo na hipótese de permissão legal, o Espírito reencarnante, revoltado pela perda da oportunidade de retornar à lição necessária da experiência física, pode voltar-se, odioso, contra a mãe e todos os partícipes da interrupção da gravidez. Daí Emmanuel dizer: ‘Admi-



Juiz João Thomaz Diaz Parra (SP), Desembargador Bady Raimundo Cury (MG), Juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire (TO) e Juiz Mário Motoyama (DF)

to seja suficiente breve meditação, em torno do aborto delituoso, para reconhecermos nele um dos grandes fornecedores das moléstias de etiologia obscura e das obsessões de hospitais e prisões. Mulher e homem acumpliciados nas ocorrências do aborto criminoso desajustam as energias psicossomáticas com intenso desequilíbrio, sobretudo do centro genésico, implantando nos tecidos da própria alma a sementeira de males que surgirão a tempo certo, o que ocorre não só porque o remorso se lhes entranha no ser, mas também porque assimilam, inevitavelmente, as vibrações de angústia e desespero, de revolta e vingança dos Espíritos que a lei lhe reservava para filhos”.

“À luz da revelação espírita, a evolução do ser se processa nos dois planos, físico e extrafísico, em obediência a um Planejamento Inteligente”.



Desembargador Bady Raimundo Cury (MG)

A conferência seguinte coube ao Juiz Héber Carlos de Oliveira e teve como tema “Espiritualização do Direito e da Justiça”. Compuseram a Mesa, a Juíza Iva Bernardete Franco Nunes (AL), o Desembargador Hélio Barros Siqueira Campos (PE) e o Juiz Braz Moreira Henriques (MG).

Sinopse:

“Jesus é o modelo sempre presente. No caso da mulher adúltera, não condenou, apenas disse ‘vá e não peques mais’, ensinando-nos o que é a espiritualização do ato de julgar”.

“O espírita, se verdadeiramente espírita, será um bom magistrado. A função de julgar, perigosa para a alma, pode, entretanto, significar



Juízas Maria Isabel da Silva (DF), Mônica Autran Machado Nobre (SP), Manuela Hermes de Lima (BA) e Juiz Rommel Araújo de Oliveira (AP)



Juíza Mônica Autran Machado Nobre (SP)

oportunidade ímpar para o crescimento espiritual do magistrado”.

“Não podemos admitir que, no momento atual, possamos prescindir da Justiça, mas nós podemos humanizá-la ao máximo”.

“Na verdade, o magistrado deve se modernizar e se adequar ao seu tempo e à sua realidade”.

“Jesus, o nosso paradigma, ia ao povo, falava a linguagem do povo e se misturava com o povo. Será que o juiz não pode identificar-se mais com o povo, contribuir mais para a melhoria da comunidade em que atua? Contra a idéia de que o magistrado deve permanecer distante, impõe-se reconhecer a diferença entre distância processual e a pessoal. Saber bem avaliar essa questão faz com que o juiz seja amado, ao invés de temido e detestado”.

“Imperioso ter a mente em Jesus, haurindo recursos que nos fortaleçam, pequenos seres humanos que somos, na tarefa tão difícil de julgar e decidir a vida e o destino de outros homens”.

Ao término da palestra, manifestou-se o Desembargador Hélio Barros Siqueira Campos (PE) comentando alguns aspectos do tema exposto.



A quinta conferência do Encontro, com o tema “O Espiritismo e o Direito Natural”, esteve a cargo do Juiz Kéops de Vasconcelos Vieira Pires (PB). Constituíram a Mesa Diretora, o Desembargador Bady Raimundo Cury (MG), a Juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire (TO), o Juiz João Thomaz Diaz Parra (SP) e o Juiz Mário Motoyama (DF).



Juíza Maria Isabel da Silva (DF)

Sinopse:

“O jusnaturalismo, doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’, ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva, diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado, estabelece que o direito natural é logicamente anterior, posto que serve de base para o direito positivo; e eticamente superior a este, porquanto seja eterno, imutável e perfeito, ao passo que as leis do Estado são mutáveis conforme o progresso social e nem sempre seja acorde com a justiça”.

“No dizer de Giorgio Del Vecchio, o Direito Natural é o nome com que se designa, por tradição muito antiga, o critério absoluto do justo, evoluindo, com o passar dos tempos, a forma como esses conceitos foram admitidos pelos povos, alcançando seu total descrédito a partir do Código Napoleônico, em que prevaleceu o positivismo exacerbado, não se admitindo a aplicação do direito natural nem mesmo para suprir eventuais lacunas da lei, em razão de ser sido supostamente absorvido pelo próprio texto legal. Não obstante, após a II Guerra Mundial, ressurgiu o Direito Natural como uma reação ao totalitarismo e para impor limites ao poder do Estado”.



“Em *O Livro dos Espíritos*, o Direito Natural e a Justiça são tratados em um único contexto, afirmando-se que o sentimento de justiça é inerente à natureza do homem (questão 873), e que a justiça consiste em cada um res-

peitar os direitos dos demais (questão 875), tomando-se por base da justiça, segundo a lei natural, o desejar aos outros o que desejaria para si mesmo (questão 876)”.

“As leis de sociedade, de progresso, de igualdade, de liberdade, de justiça, amor e caridade, que integram as leis morais preconizadas em *O Livro dos Espíritos*, estão em plena sintonia com o direito natural”.

“A Constituição Federal Brasileira também assimilou alguns dos chamados direitos naturais como princípios fundamentais, tais como a inviolabilidade do direito à vida, o direito à liberdade, à

igualdade, à segurança, à propriedade. Toda e qualquer norma infraconstitucional e toda decisão judicial que autorizar a prática de aborto, a eutanásia, a pena de morte, a segregação racial etc., além de serem inconstitucionais, constituem crimes de lesa-evolução e, portanto, são contrários às leis naturais”.

“Cabe a nós, magistrados, especialmente os espíritas, buscar na norma positivada, interpretações tais que se harmonizem ao máximo às leis naturais. Hoje, estamos magistrados, amanhã, quem sabe estaremos na condição de fetos anencefálicos, de fetos gerados a partir



Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira (RS)

de um estupro, e estaremos clamando por justiça, clamando pelo direito à vida, e talvez não tenhamos o merecimento para sermos atendidos. Que não nos seja vedado o direito de sonhar com uma justiça melhor, com uma vida melhor, com um mundo melhor”.



A conferência de encerramento, que esteve a cargo da Juíza Mônica Autran Machado Nobre (SP), teve como tema “O Juiz Espírita e a Função de Julgar”. A Mesa foi formada pelos magistrados Rommel Araújo de Oliveira (AP), Manuela Hermes de Lima (BA) e Maria Isabel da Silva (DF).

Sinopse:

“A missão do juiz é pacificar com justiça. Deve agir com independência, mas, sobretudo, com serenidade, o que não é fácil em dias de perplexidade como os presentes”.

“Serenidade significa também que o julgador deve ser pessoa de equilíbrio e sensatez. Deve ser paciente, saber ouvir, tratar as partes com dignidade, não se deixar levar pelas oscilações do humor. Deve reconhecer suas próprias limitações e ser humilde, sabendo-se um servidor da comunidade que nele confia, depositando, sob

sua responsabilidade, bens valiosos da vida, quais a liberdade, o patrimônio, a honra e a família”.

“Ninguém é juiz por acaso. Por isso, deve ser humilde, reconhe-

nho certo da humanização da justiça, nosso maior ideal”.

“Talvez a experiência com os juizados especiais seja um dos primeiros passos para a humanização da Justiça”.

“Quando todos nós, juízes, tivermos consciência da realidade espiritual e a de que não somos maiores nem mais importantes, e que a autoridade vem do cargo e não de seu corpo, talvez consigamos alcançar a plena humanização da Justiça e acabar de uma vez com essa fama de que nos consideramos melhores do que os outros”.

“Os efeitos da globalização repercutem nas relações econômicas, sociais e no judiciário, impondo urgente desburocratização. Nos países onde o Judiciário é desburocratizado, ágil, atualizado e afinado com o novo tempo tecnológico, houve interesse nas adaptações que se fizeram necessárias e o Judiciário se tornou mais forte ainda. Esse é um tema muito importante para nós e diz, também, com a humanização da Justiça”.

Manifestaram-se, após, as Juízas Maria Isabel da Silva (DF) e Manuela Hermes de Lima (BA), integrantes da Mesa Diretora. Lembrou a magistrada Maria Isabel que o juiz do século XXI é o



IMPERIOSO TER A MENTE EM JESUS, HAURINDO RECURSOS QUE NOS FORTALEÇAM, PEQUENOS SERES HUMANOS QUE SOMOS, NA TAREFA TÃO DIFÍCIL DE JULGAR E DECIDIR A VIDA E O DESTINO DE OUTROS HOMENS



A MISSÃO DO JUIZ É PACIFICAR COM JUSTIÇA. DEVE AGIR COM INDEPENDÊNCIA, MAS, SOBRETUDO, COM SERENIDADE.



cendo os erros e buscando desfazê-los, procurando fazer justiça. Quando o magistrado erra de boafé, pode até ser perdoado pela Espiritualidade, mas quando seu erro deflui de negligência, má-fé, ambição, desonestidade, compromete gravemente seu futuro espiritual”.

“Não podemos nos esquecer de que, não por acaso, juntos estão o juiz, partes e servidores”.

“Cabe ao magistrado conciliar da melhor maneira possível a aplicação da justiça terrena com sua crença espírita. O magistrado que realmente se compromete e age de acordo com sua crença, seus valores, seus princípios, está no cami-

que deve estar próximo do povo. “Na minha avaliação”, frisou, “um juiz espírita não deve restringir-se, simplesmente, às práticas processuais. Também, ser ágil não o torna melhor que outro. Aquele que tem uma palavra de carinho, uma palavra de afeto para com as partes, esse é o juiz do século XXI. Esse é o juiz que o Brasil precisa. Esse é o juiz que o povo espera. O juiz que sabe muito, mas que não sabe se aproximar do povo, esse juiz só difama a justiça e as nossas instituições.

Aproximando-nos do povo, estaremos resgatando a importância de nossa profissão”.

A Juíza Manuela H. de Lima comentou os resultados de um tra-

implantação, pelo Tribunal de Justiça, de um projeto de Cidadania e Justiça, dirigido a essas comunidades.

—

**AQUELE QUE TEM UMA PALAVRA DE
CARINHO, UMA PALAVRA DE AFETO
PARA COM AS PARTES, ESSE É O JUIZ DO
SÉCULO XXI**

—

balho de esclarecimento e ajuda que se realiza em Salvador, com a participação da ABRAME, junto às comunidades mais pobres, e a



Participantes no auditório da ASMEGO



HOMENAGEM

N

a seqüência, comovida homenagem foi prestada às senhoras Cleuza Muniz de Oliveira, Maria Ivone Alves de Souza e Enilda Dias Zimmer-

mann, pela constante e valiosa colaboração, sendo-lhes entregue pelas magistradas Rozenéa Martins de Oliveira (ES), Clarice Claudino da Silva (MT) e Car-

melita Indiano Americano do Brasil Dias (DF), em nome da ABRAME, delicadas corbelhas.



Senhora Maria Ivone Alves de Souza, Juíza Rozenéa Martins de Oliveira (ES),
Senhora Cleuza Muniz de Oliveira, Juíza Clarice Claudino da Silva (MT),
Senhora Enilda Dias Zimmermann e Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias (DF)



Senhoras Enilda Zimmermann, Cleuza de Oliveira e Maria Ivone de Souza, homenageadas pela ABRAME

SESSÃO LIVRE

Na última tarde do Encontro, realizou-se uma importante reunião com a livre participação dos presentes, (“sessão ping-pong”), em que várias questões, dúvidas e propostas foram trazidas a exame. Coordenada pelos magistrados Durval Augusto Rezende Filho, Eduardo Guilliod Maranhão e Rosemeire Lopes Fernandes, Delegados da ABRAME nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia, respectivamente, significou, pelos seus resultados, um dos momentos mais importantes do evento.



Juiz Marcelo Soares Cunha (ES)



Juízes Rosemeire Lopes Fernandes (BA), Durval Augusto Rezende Filho (SP) e Eduardo Guilliod Maranhão (PE)

COMUNICAÇÕES

No decorrer do Encontro, ocorreram ainda diversas comunicações importantes. O Desembargador Bady Raimundo Cury (MG) reportou-se a um projeto de reabilitação dos sentenciados, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, apontando novos rumos para a execução penal. “Estamos procurando, sinceramente, uma maneira de buscar a recuperação desses nossos irmãos. Nós não os chamamos de presos, chamamos de recuperandos, e não dizemos cadeia, mas centro de recuperação”,

salientou o magistrado.

Assinalou que esse projeto guarda relação com o programa da As-



É IMPORTANTÍSSIMO NÃO SÓ ALFABETIZAR, ENSINAR A TRABALHAR, MAS, SOBRETUDO, EVANGELIZAR OS RECUPERANDOS



O JUIZ DO TRABALHO TEM POR MISSÃO APAGAR, SEMPRE, A FOGUEIRA DA DISCÓRDIA NO CORPO SOCIAL



sociação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, cujo entendimento é de que a aplicação da pena deve ser municipalizada.

Referindo-se, ainda, ao citado projeto de recuperação, acentuou o Desembargador Bady Cury, ao final, que “é importantíssimo não só alfabetizar, ensinar a trabalhar, mas, sobretudo, evangelizar os recuperandos”.

Ocuparam a tribuna, também, o Juiz Antônio Mazzuca (SP), que ressaltou a importância da Justiça do Trabalho e a missão do Juiz do Trabalho,

“apagando, sempre, a fogueira da discórdia no corpo social”; o Juiz Gilson Coelho Valadares (TO), relatando experiências pessoais e de outros magistrados de seu Estado, em seus contatos com a sociedade e as partes, enfatizando a grande necessidade de um comportamento mais humilde por parte do juiz; o Desembargador Benito Alcântara de Figueiredo (BA), que, entre outros exemplos, citou valioso testemunho dado por renomado jurista da Bahia, que atribuía sua maneira de conduzir-se com simplicidade, ao fato de ser espírita. “Esse nível de comportamento”, concluiu o Desembargador Benito, “demonstra bem a assimilação completa dos princípios do Cristianismo”.



Juiz Antônio Mazzuca (SP)

ASSEMBLÉIA GERAL

Concluídas as reuniões plenárias, realizou-se a reunião da Assembléia Geral para a apresentação do relatório da gestão administrativa e financeira, e eleição e posse da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal da ABRAME.

Encerrando o III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas,

o Presidente reeleito, Zalmino Zimmermann, agradeceu a presença de todos os participantes,



OS RESULTADOS CONSTRUÍDOS NO III ENCONTRO REPRESENTAM UM MARCO SIGNIFICATIVO NA HISTÓRIA DA MAGISTRATURA BRASILEIRA



assinalou a importância dos resultados construídos, “a representa-

rem, realmente, um marco significativo na história da magistratura brasileira”, convidando, a seguir, a

senhora Cleuza Muniz de Oliveira para a realização da prece final.



Na Assembléia Geral da ABRAME, o Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, o Juiz Weimar Muniz de Oliveira (Vice-Presidente), o Juiz Zalmino Zimmermann (Presidente), a Juíza Maria Isabel da Silva (Secretária) e a Desembargadora Carmelita Dias (Vice-Presidente)



IMAGENS





O MUNDO ESPÍRITA EM SUA CASA



Há mais de 80 anos, a Revista Internacional de Espiritismo participa e apresenta os fatos mais importantes do Movimento Espírita mundial.

Assine a RIE e tenha o mundo espírita em sua casa.

Fones: (16) 3382-1066/1471 E-mail: oclarim@oclarim.com.br
www.oclarim.com.br

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva do evento foi constituída pelos confrades:

Luiz Eduardo de Souza (Coord.)

Aston Brian Leão

Cauci de Sá Roriz

Weimar Muniz de Oliveira

Eurico Alarcão

Artêmio Almeida

Walter Lucas Filho

Valdivina Eterna da Costa

Elisa Muniz de Paula Vidigal

Nadir Pires

Sirley Lúcia de Souza

Ivana Leal S. Raiski

Eduardo Zhorzo

Dezir Vêncio

Sérgio Vêncio

Paulo Vêncio

Maria Ivone A. de Souza

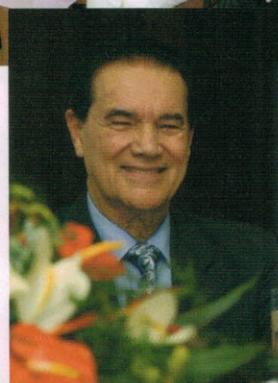
Cleuza Muniz de Oliveira

João Rodrigues

Solange Xavier D. de Souza Parreira

Corino de Souza Parreira

Fundamental para o sucesso do III Encontro, foi a colaboração efetiva da Federação Espírita do Estado de Goiás – FEEGO, sob a presidência de Weimar Muniz de Oliveira.



CELSO LIMONGI E BENITO DE FIGUEIREDO NAS PRESIDÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE SÃO PAULO E DA BAHIA

Registramos, com muita satisfação, a eleição, em dezembro, dos Desembargadores Celso Luiz Limongi e Benito Alcântara de Figueiredo, para as Presidências do Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça da Bahia, respectivamente.

Membros da ABRAME desde os primeiros tempos, Celso Limongi e Benito de Figueiredo, mercê de sua reconhecida cultura e de seus constantes testemunhos de solidariedade, têm

sabido granjear, nesses poucos anos de existência de nossa Associação, o respeito, a estima e a profunda admiração dos magistrados espíritas.

Cumprimentamos os nobres Colegas, e distintos familiares, certos de que as Justiças de São Paulo e da Bahia engrandecer-se-ão ainda mais.

Aos eminentes Presidentes, os votos de feliz gestão.



Foto: Augusto Canuto

Desembargador Celso Luiz Limongi (SP)



Desembargador Benito Alcântara de Figueiredo (BA)

**IMPORTANTE! AOS COLEGAS ASSOCIADOS:
COMUNIQUE-NOS A MUDANÇA DE SEU ENDEREÇO**



ABRAME, AME E FEB EM AÇÃO

EM DEFESA DA VIDA

Diante das tentativas de legalização do aborto, expressas em vários projetos que tramitam na Câmara dos Deputados, com o apoio de certos segmentos da sociedade, uniram-se a Federação Espírita Brasileira – FEB, a Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas – ABRAME e a Associação Médico-Espírita do Brasil – AME numa grande campanha de esclarecimento nacional.

Nesse sentido, foram publicados os manifestos *O Direito à Vida no Ordenamento Jurídico Brasileiro*

(ABRAME), *A Vida Contra o Aborto* (AME) e *O Aborto na Visão Espírita* (FEB), que foram diretamente entregues a todos os membros do Congresso Nacional e dos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral e Subprocuradores-Gerais da República, e, ainda, enviados a vinte mil magistrados do Brasil e vários outros segmentos da sociedade.

Em visita ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, ao Presidente do Eg. Superior Tribunal de Justi-

ça, Ministro Edson Vidigal – presentes, também, na ocasião, os Ministros Paulo da Costa Leite e Francisco César Asfor Rocha –, ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República, ao Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão dos Direitos do Cidadão, ao Senador Arthur Virgílio, vice-líder da oposição, aos Deputados Luiz Bassuma, Ann Pontes, Ângela Guadagnin e a vários outros parlamentares, inclusive da bancada católica, na Câmara dos De-

No gabinete da Presidência do Congresso Nacional, Marlene Nobre, Nestor Masotti, Senadora Ana Júlia, Senador Renan Calheiros, Presidente, Deputada Ann Pontes e Zalmino Zimmermann



putados, os Presidentes da FEB, ABRAME e AME entregaram pessoalmente suas mensagens contra o aborto, obtendo a promessa de que, daqui em diante, os espíritas serão também ouvidos em questões que envolvam a defesa da vida.

Resultado auspicioso dessa movimentação foi a constituição, por iniciativa do Deputado Federal Luiz Bassuma e do Senador Juvêncio da Fonseca, da Frente Mista Parlamentar em Defesa da Vida, instalada em 25 de agosto, no auditório Freitas Nobre, e reunindo, desde logo, 54 parlamentares.

A Frente Mista Parlamentar em Defesa da Vida, suprapartidária, ecumênica e de âmbito nacio-



No gabinete do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Paulo da Costa Leite, Vice-Presidente da ABRAME, o Dr. Nestor Masotti, Presidente da FEB, a Dra. Marlene Nobre, Presidente da AME, o Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, o Juiz Zalmir Zimmermann, Presidente da ABRAME, o Ministro Francisco César Asfor Rocha, membro do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Consultivo da ABRAME



O Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão dos Direitos do Cidadão, do Senado Federal, e os Presidentes da FEB, da AME e da ABRAME



O Senador Arthur Virgílio, vice-líder da oposição no Senado, com os Presidentes da AME, ABRAME e FEB, e João Rabelo



A Senadora Ana Júlia com os Presidentes da FEB, AME e ABRAME



A Deputada Federal Ann Pontes e o Presidente da ABRAME

nal, firmou como objetivos a mobilização da opinião pública brasileira contra a legalização do aborto e quaisquer outras formas de atentado à vida; atuação junto a deputados e senadores, conscientizando-os da importância de uma mobilização contra a aprovação de projetos de lei facilitando ou liberando o aborto, em qualquer circunstância; o incentivo à adoção de crianças recém-nascidas de mães vítimas de estupro e das que, por uma razão ou outra, abdicam de seus filhos; a proposição à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, no sentido de que seja criada uma Comissão Especial para reunir e analisar todos os projetos de lei sobre o aborto, que tramitam na Casa.



No gabinete do Deputado Luiz Bassuma, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, João Pinto Rabelo (FEB), Zalmينو Zimmermann (ABRAME), Marlene Nobre (AME) e Nestor Masotti (FEB)



Na solenidade de instalação, na Câmara Federal, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, o Dr. Jorge Daher, representando a Associação Médico-Espírita do Brasil – AME, o Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão dos Direitos do Cidadão, o Deputado Luiz Bassuma, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, o Dr. Nestor João Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira – FEB, o Juiz Zalmينو Zimmermann, Presidente da ABRAME



PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL EM DEFESA DA VIDA

Sob os auspícios da Frente Mista Parlamentar em Defesa da Vida, realizou-se dia 7 de dezembro, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, o 1º Seminário Nacional em Defesa da Vida – Contra o Aborto, tendo como objetivo sensibilizar todos aqueles que têm posicionamento claro e firme em relação ao tema, mobili-

zando a sociedade brasileira para impedir que o Brasil seja tristemente arrolado entre os países em que o aborto é legal.

Quatro Painéis foram desenvolvidos durante o Seminário.

O Primeiro Painel, com o tema “Razões Científicas contra o Aborto”, teve como expositoras a Dra. Alice Teixeira, médica e bióloga pesquisadora da UNESP, e a

Dra. Lílian Piñeiro Eça, pesquisadora da USP em genética e bioética, e como debatedora a Dra. Marlene Nobre, Presidente da Associação Médico-Espírita do Brasil – AME. A coordenação coube à Deputada Ângela Guadagnin.

O Segundo Painel, com o tema “Razões Jurídicas contra o Aborto”, contou com a participação, como expositores, do Dr. Ives



Painel "Razões Jurídicas Contra o Aborto": Desembargador Roberval Casemiro Belinati, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Professor Ives Gandra Martins, das Universidades Mackenzie e UniFMU, Deputado Federal Osmânio Pereira, Coordenador, Dr. Cláudio Fonteles, ex-Procurador-Geral da República, Zalmino Zimmermann, Presidente da ABRAME

Gandra Martins, jurista e professor emérito das Universidades Mackenzie e UniFMU, do Dr. Cláudio Fonteles, ex-Procurador-Geral da República e do Dr. Roberval Casemiro Belinati, Desembargador Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e como debatedor o Dr. Zalmino Zimmermann, Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas – ABRAME. Como coordenador, atuou o Deputado Osmânio Pereira.

O Terceiro Painel versou sobre o tema “Razões Religiosas contra o Aborto”. Participaram o Pe. Frei Antônio Moser, teólogo, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Dr. Adenauer Novaes,

psicólogo, representante do Movimento Espírita, e o representante das Igrejas Evangélicas. O Deputado Elimar Máximo foi o debatedor. A coordenação foi do Deputado José Linhares.

No Quarto Painel, em que par-

coordenação coube ao Deputado Durval Orlato.

O Primeiro Seminário Nacional em Defesa da Vida, acontecimento único na história legislativa do Brasil, atraiu a atenção nacional e os resultados já se apresentam muito promissores.

A Frente Mista Parlamentar em Defesa da Vida, sob a presidência do Deputado Luiz Bassuma, passará a atuar em todos os Estados, chamando a atenção da sociedade brasileira para os perigos que os projetos em tra-

mitação no Congresso, liberando o aborto, representam para o futuro da Nação, alertando-a para a necessidade de uma urgente cruzada nacional em defesa da vida.


**A FRENTE MISTA PARLAMENTAR EM
DEFESA DA VIDA PASSARÁ A ATUAR EM
TODOS OS ESTADOS, CHAMANDO A
ATENÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
PARA OS PERIGOS QUE OS PROJETOS DE
LIBERALIZAÇÃO DO ABORTO
REPRESENTAM PARA O
FUTURO DA NAÇÃO**



participaram os Deputados Luiz Bassuma, Salvador Zimbaldi, Pastor Adelor e Nazareno Fonteles, foram estudadas as “Estratégias de Ação para a Mobilização do Povo Brasileiro Contra o Aborto”. A

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA VIDA

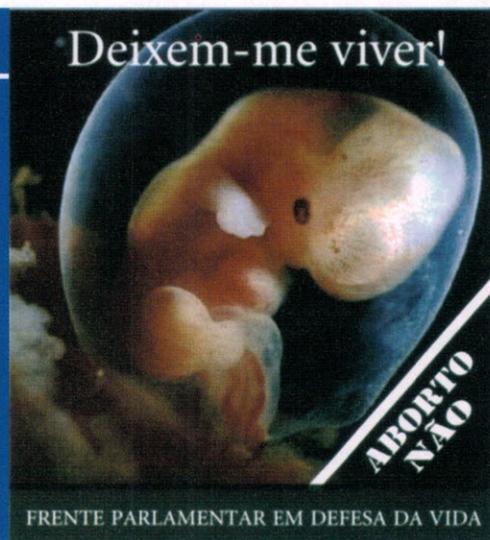
Presidência: Deputado Luiz Bassuma

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gab. 617

Brasília - DF 70.160-900

Fones: (61) 3215-5617/1617

defesadavida2005@yahoo.com.br





DURVAL REZENDE (SP)

SENTIR

“A pessoa misericordiosa é piedosa, tem compaixão pelos que sofrem, porque sente como própria a dor do seu semelhante.”¹

O aprendizado do Direito deve ser uma constante na vida de todos aqueles que se dedicam à sua aplicação técnica, sobretudo nos dias atuais, em que a evolução do conhecimento, inclusive no ramo da ciência jurídica, vem se dando com rapidez que impressiona a todos.

Assim, não devemos nos descuidar da regular participação em cursos de aperfeiçoamento, especialização, congressos e outras oportunidades mais para elevar nossos conhecimentos.

A aquisição de obras, jurídicas ou não, para leitura regular também nos auxilia muito na conquista de novos conhecimentos, que nos serão úteis e que nos permitirão a realização de uma prestação jurisdicional mais eficaz.

No entanto, do juiz espírita espera-se uma preocupação especial, ou seja, o sentir o problema daqueles que vêm até ele, com suas dores e dificuldades várias, para que desse modo possa identi-

ficar a solução mais justa e adequada, com amparo na boa técnica jurídica e também no amor.

O automatismo diário da repetição de fórmulas processuais e soluções de formato padrão não raro nos afasta de verdadeiramente perceber as necessidades do próximo, que, no processo, são as partes.



UMA PRODUÇÃO MERAMENTE FORMAL E DE BOA QUALIDADE TÉCNICA, MAS SEM O COMPROMISSO DE TRATAR TAMBÉM O LADO HUMANO DA QUESTÃO, DIFICILMENTE SERÁ SUFICIENTE PARA LEVAR ÀS PARTES A SOLUÇÃO OU A PACIFICAÇÃO DO LITÍGIO QUE AS AFLIGE



Uma produção meramente formal e de boa qualidade técnica, mas sem o compromisso de tratar também o lado humano da questão, dificilmente será suficiente para levar às partes a solução ou a pacificação do litígio que as aflige.

O empenho pessoal do juiz para uma solução legal e justa, apresentará, inclusive, um bálsamo para as partes, ajudando-as ainda na compreensão de que o processo e o tempo por ele exigido são também oportunidades que a vida proporciona aos necessitados nele envolvidos, de aprendizado e evolução pessoal.

O juiz espírita, na medida em que estuda e se evangeliza, vai aos poucos se iluminando interiormente e aumentando sua sensibilidade e sua capacidade de perceber, de forma mais apurada, os problemas, suas causas e a solução mais técnica e justa.

Saliente-se que “ninguém te pede o impossível, entretanto é justo nasçam em tuas mãos, cada dia, as migalhas de amor com que o mundo se elevará do vale da sombra ao cimo da redenção”.²

Assim, lembremos diariamente que o amor ao próximo deve ser praticado também me-

diante a maneira como realizamos nosso trabalho, e nos fundamentos em que nos baseamos para isso.

Afinal, “todo serviço incompleto, que deixaste na retaguarda, buscar-te-á, de novo, o convívio, para que lhe ofereças acabamento. E o remate legal de todas as nossas lutas pede o fecho do amor puro como selo da paz Divina.”³

1. *Descobrendo o Espiritismo*. Zalmino Zimmermann. Allan Kardec, 2004, questão 259, p. 130.

2. *Lindos Casos de Chico Xavier*. Ramiro Gama. Lake, 2001, p. 143.

3. *Palavras de Vida Eterna*. Francisco Cândido Xavier e Emmanuel (Espírito). 24ª ed., CEC, 1998, p. 97.

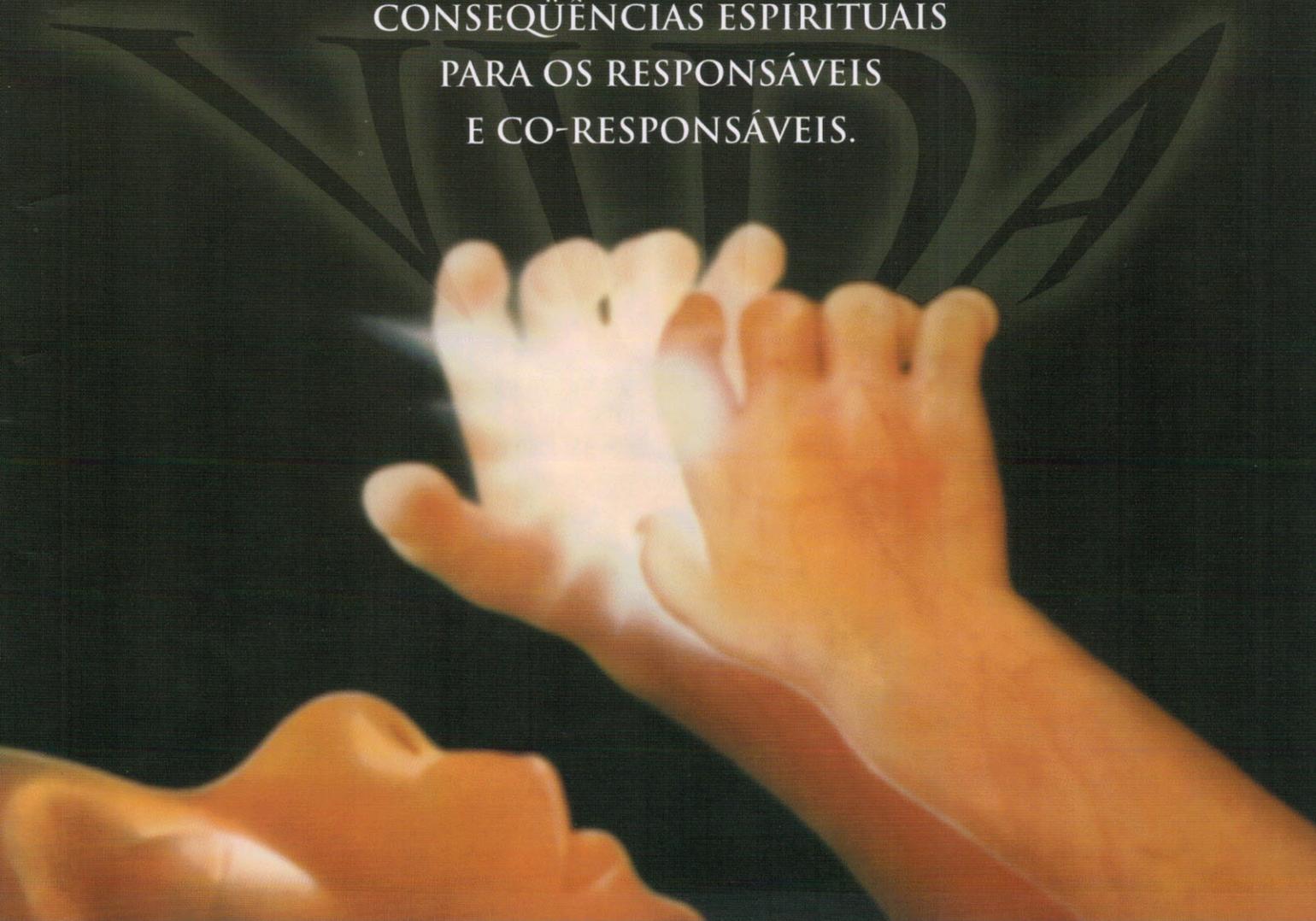


O DIREITO À VIDA É O PRIMEIRO DOS DIREITOS NATURAIS. — KARDEC

É UM DIREITO FUNDAMENTAL ABSOLUTO, ORIGINÁRIO,
CONDICIONANTE DOS DEMAIS.

SUPRA-ESTATAL, UNIVERSAL, ATEMPORAL, SOBREPÕEM-SE
A TODOS OS OUTROS.

A MATANÇA DE PESSOAS AINDA NÃO NASCIDAS É UM INCRÍVEL
GENOCÍDIO QUE SE PERPETRA CONTRA MILHÕES DE SERES
INDEFESOS, UM RETORNO ÀS ERAS PRÉ-CONSTITUCIONAIS,
UM RETROCESSO AOS PRIMÓRDIOS DO PROCESSO
CIVILIZATÓRIO, COM GRAVÍSSIMAS
CONSEQÜÊNCIAS ESPIRITUAIS
PARA OS RESPONSÁVEIS
E CO-RESPONSÁVEIS.



Vultos Espíritas



Bezerra de Menezes

Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti nasceu em 29 de agosto de 1831, na então localidade de Riacho do Sangue, Ceará. Desencarnou no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1900. Foi médico-cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, vereador, Presidente da Câmara de Vereadores e Deputado Geral pelo Rio de Janeiro. Conhecido como o médico dos pobres, presidiu a Federação Espírita Brasileira. Seu nome faz parte da galeria dos maiores benfeitores que o mundo conhece, sendo querido e respeitado pelos espíritas de todo o País. Suas obras são de necessária consulta. Considerado o "Apóstolo do Espiritismo no Brasil".